

Ler é preciso: um estudo sobre uma comunidade de viajantes-leitores no século XIX: Mawe, Eschwege, Wied-Neuvied, Spix e Martius e Saint-Hilaire

Reading is needed: a study of a community of traveler-readers in the 19th century: Mawe, Eschwege, Wied-Neuvied, Spix and Martius and Saint-Hilaire

Daniela Casoni Moscato¹

E-mail: historiar7@gmail.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8969-0922>

Cláudio DeNipoti²

E-mail: denipoti@uel.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0862-5203>

Resumo: Este artigo busca investigar as sociabilidades científicas da leitura dos naturalistas europeus que viajaram pelo Brasil no começo do século XIX e as interações desses viajantes entre si e com naturalistas luso-brasileiros que os antecederam na descrição da natureza brasileira no século XVIII. Para tanto, foram utilizados os relatos de viagem de John Mawe, Wilhelm Ludwig von Eschwege, Maximilian de Wied-Neuwied, Auguste François César de Saint-Hilaire, Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que estiveram no Brasil a partir de 1807 e publicaram seus relatos nos países de origem durante as décadas seguintes. Buscou-se verificar nesses relatos as alusões, referências e notas bibliográficas visando possíveis leituras comuns, particularmente aquelas dos naturalistas luso-brasileiros que descreveram partes do Brasil a serviço da Coroa portuguesa entre 1770 e 1800. Este estudo permitiu perceber como se gestou uma comunidade de leitores científicos que compartilhavam leituras, referências e mesmo bibliotecas, faziam citações mútuas e copiavam abertamente as descrições uns dos outros – e de seus antecessores luso-brasileiros do final do século XVIII –, de acordo com seus próprios interesses editoriais ou necessidades autorais, construindo todo um conjunto canônico de descrições do Brasil que ainda permeia a historiografia sobre o período.

Palavras-chave: Naturalistas; Relatos de viagem; Cultura escrita.

Abstract: This article seeks to investigate the reading scientific sociabilities of European naturalists who traveled around Brazil in the early 19th century, the interactions of these travelers with each other and with Portuguese-Brazilian naturalists who preceded them in the description of Brazilian nature in the 18th century. To this end, the sources were the travel reports by John Mawe, Wilhelm Ludwig von Eschwege, Maximilian de Wied-Neuwied, Auguste François César de Saint-Hilaire, Johann Baptiste von Spix and Carl Friedrich Philipp von Martius, who were in Brazil from 1807 onwards and published their accounts in their countries of origin during the following decades. We

¹ Secretaria Estadual de Educação do Paraná - Colégio Estadual Atilio Codato R. Riacho Fundo, 408 - Jardim Alvorada, Cambé, PR, 86191-070

² Departamento de História - Universidade Estadual de Londrina. Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 - Campus Universitário, Londrina - PR, 86057-970

sought to verify, in these reports, the allusions, references and bibliographic notes used, seeking common readings, particularly those of the Portuguese-Brazilian naturalists who described parts of Brazil in the service of the Portuguese crown between 1770 and 1800. This study allowed us to understand how a community of scientific readers emerged, who shared readings, references and even libraries, but who also cited each other or openly copied the descriptions of each other – and their Portuguese-Brazilian predecessors of the late 18th century – according to their own publishing interests or authorial needs, building a whole canonical set of descriptions of Brazil that permeates the historiography about the period.

Keywords: Naturalists; Voyage journals; Written culture.

No dia 13 de dezembro de 1800, João da Silva Feijó, naturalista brasileiro educado em Coimbra, finalizou um ofício para João Rodrigues de Sá e Melo, então secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, informando sobre minas de salitre encontradas na Capitania do Ceará (Pereira e Santos, 2012, p. 264). Feijó, que já havia permanecido em Cabo Verde de 1776 a 1795, ficou incumbido de investigar a descoberta e o aproveitamento do salitre no Brasil. No mesmo manuscrito, o funcionário do reino pedia ao secretário Sá e Melo alguns objetos necessários para seus progressos científicos, entre eles, um laboratório portátil para os experimentos químicos com minerais, um grafômetro³, alguns compassos e uma balança hidrostática. Ele também requisitava algumas obras básicas de botânica e zoologia de Lineu (1789), Friedrich Gmelin (1773), Jean-Baptiste de Lamarck (1789) e Johann Fabricius (1793). Argumentava que, ao contrário de seus colegas, não havia recebido esses “meios auxiliares” e que o progresso de seus trabalhos como naturalista dependia disso:

Sem livros convenientes, para se não darem por novidades, coisas já conhecidas; sem hum Dezenhador, capas, que a vista dos objectos vivos, os retratam como fazem naturalmente, Sem instrumentos para as observações físicas, químicas, e Topograficas, não sei se possa dar passo vantajozo na progressão do meu officio (Feijó, 1800).

Livros, como os solicitados por Feijó no ofício, eram uma demanda constante nos relatos dos naturalistas que circularam pelo espaço imperial português. O livro era mais um objeto no conjunto de instrumentos que possibilitavam o trabalho desses primeiros cientistas, e, especificamente em viagens filosóficas, a leitura era companheira em todas as etapas. Lia-se para o preparo da expedição, pois a leitura era um veículo de instrução

presente nos gabinetes de curiosidades e de história natural, nos museus e nas academias. Durante as andanças pelo sertão, a descrição de leituras de obras aparece em muitos relatos de viagem, funcionando, muitas vezes, como remédio para a solidão. A leitura também era praticada no momento da escrita da memória a ser publicada. Ora como companheira do viajante, ora como cúmplice, essa prática era fundamental no universo das viagens científicas. Feijó estava consciente disso; sabia que precisava de livros, e o pedido específico por alguns autores demonstrava que ele era parte de uma comunidade de leitores que compartilhava as mesmas referências bibliográficas. Nesse sentido, a História da Leitura permite abordagens outras, que não se restringem à história do livro ou da imprensa. Representado principalmente por Roger Chartier (1997) e Robert Darnton (1995), esse domínio da História Cultural também objetiva uma análise da própria leitura em diferentes temporalidades e sociedades. É preciso lembrar que, por mais que seja compreendida como um ato puramente individual, a leitura se relaciona com a temporalidade do sujeito e com sua diferenciação social.

O ato de ler, mesmo que apresente etapas diferenciadas, deve ser compreendido numa relação que envolve leitor, leitura, obra e temporalidade. Certeau (1994, p. 264-268) atenta para tal relação e ressalta o leitor na operação da leitura (muitas vezes assimilada à passividade): “Um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas, que esperam do leitor seu sentido. Se portanto ‘o livro é um efeito (uma construção) do leitor’, deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de *lectio*, produção própria do ‘leitor’.” Certeau lembra igualmente que a autonomia do leitor diante dos textos – portanto, diante de sua leitura – depende “das relações sociais que sobredeterminam sua relação com os textos”. Neste sentido, interessam para este estudo os autores que, além de produtores de texto, foram leitores, no contexto amplo deste campo do conhecimento (DeNipoti, 2006).

³ Antigo instrumento de agrimensura usado para medir distâncias angulares em levantamentos topográficos.

Outros leitores semelhantes a Feijó também frequentaram centros de conhecimento do Velho Mundo, como Alemanha, França, Áustria, Espanha, Suécia, Itália e Portugal, onde participaram de redes de sociabilidade letrada – geralmente como sócios correspondentes em diversas academias. Foram treinados para empreender viagens à América Portuguesa nas duas primeiras décadas do século XIX, e a leitura era um hábito comum durante os deslocamentos e em ambientes como gabinetes, museus e universidades. As salas e bibliotecas desses espaços ofereciam aos naturalistas os clássicos dos séculos XVI e XVII, as memórias científicas dos séculos XVIII e XIX sobre a fauna e a flora de muitos lugares do globo, além de manuscritos: as anotações de um documento ou mesmo o estudo de algum colega.

Os escritos de viagem são um *corpus* documental consideravelmente diversificado e recheado de elementos ímpares que exigem cuidados importantes e permitem diferentes possibilidades de análise. Nessas produções, há que se considerar elementos comuns, como o lugar de enunciação, o mundo cultural do qual o viajante fazia parte, o período da escrita ou da pintura (se anteriores ou posteriores à viagem), o formato no qual foram elaborados (narrativa, memórias, cartas, diários, relatórios) e a data de publicação (Junqueira e Franco, 2011, p. 52).

Os viajantes cientistas eram fruto da circulação de conhecimentos escritos e sujeitos que atuaram na interpretação de informações “científicas” sobre a colônia americana. Tal dinâmica definiu formas de leitura, normas de escrita e leituras comuns, o que, por sua vez, caracteriza uma comunidade de leitores (Mawe, 1978; Eschwege, 1944; Wied-Neuwied, 1940; Saint-Hilaire, 1941; Saint-Hilaire, 1975; Saint-Hilaire, 2011; Spix e Martius, 1983).

O presente artigo analisa, nesta perspectiva, os relatos de viagem dos seguintes naturalistas europeus: o mineralogista inglês John Mawe (1764-1829), que esteve no Brasil entre 1807 e 1811 e publicou *Travels in the Interior of Brazil* em 1812; o geologista, geógrafo e mineralogista alemão barão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), que viajou pelo Brasil entre 1810 e 1821 e publicou seu *Pluto Brasiliensis* em 1833; o explorador, etnólogo e naturalista alemão príncipe Maximilian de Wied-Neuwied (1782-1867), cuja viagem por terras brasileiras aconteceu entre 1815 e 1817 e que publicou *Reise nach Brasilien in den Jahren 1815 bis 1817* a partir de 1821; o botânico, naturalista e viajante francês Auguste François César de Saint-Hilaire (1779-1853), que esteve no Brasil entre 1816 e 1822 e publicou *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay, Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes e Voyage dans le district des diamants et sur littoral du Brésil* a partir de 1833; o naturalista alemão Johann Baptiste von Spix (1781-1826) e o médico, botâ-

nico, antropólogo também alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), que viajaram juntos pelo país entre 1817 e 1820, publicando seu *Reise in Brasilien* a partir de 1823 (Moscato, 2017, p. 114). Este artigo contribui igualmente para o estudo das viagens e dos viajantes ao Brasil do fim do século XVIII e início do século XIX, ao buscar compreender as diversas camadas de representação presentes nos textos dos europeus e as “zonas de contato” (Junqueira, 2015, p. 100) na sociabilidade científica que permitiram aos viajantes conhecer os trabalhos de seus predecessores luso-brasileiros (Augustin, 2009, p. 18).

Um dos elementos para se reconhecer uma comunidade de leitores é a identificação de livros recorrentes entre os diversos indivíduos envolvidos. Nesse sentido, a pergunta que precisa ser feita é: que autores são referenciados nas memórias de viagem desses viajantes? Eles liam as mesmas pessoas? Privilegiavam um autor em detrimento de outro? Alguma leitura era obrigatória para quem escrevesse livros de viagem sobre o Brasil? Os naturalistas luso-brasileiros que os antecederam eram lidos pelos viajantes cientistas?

O livro e a leitura eram fundamentais no preparo da viagem e usados para conhecer um pouco do local do destino e das práticas naturalistas a serem adotadas. O “livro” e o ato de ler também são elementos constitutivos da narrativa. Eles aparecem como companhia nos momentos de solidão, apoio à descrição de alguma paisagem, objeto importante e curioso nos lugares afastados ou mesmo como menção, para dar ao escrito um ar sofisticado e letrado. Por exemplo, durante uma de suas viagens de exploração pela colônia portuguesa entre 1810 e 1821, o barão de Eschwege (1944, p. 291, T. I) lembrou-se de *Robinson Crusoe*, comparou-se ao protagonista do romance de Daniel Defoe e descreveu como ele próprio e seu grupo transformaram um espaço isolado e selvagem em um local seguro na estação das chuvas, com “pousos elevados ao abrigo dos mosquitos, cômodo mais seguro para a conservação dos mantimentos, rancho próprio para a dinamite necessária aos serviços, assim como uma cozinha, que nos livrou do incômodo da fumaça”. O príncipe Wied-Neuwied, que esteve no Brasil entre 1815 e 1817 (1940, p. 408), descreveu o espanto que as cores e os desenhos dos livros com gravuras causavam nos habitantes de alguns recôncavos. Na viagem de Spix e Martius, entre 1817 e 1820 (1983, p. 31, 58 e 219, T. I), os livros foram objetos recorrentes durante a travessia desde a Europa. Os viajantes relataram como a “bela biblioteca do Barão de Neveu havia sido inundada pelas ondas que tinham quebrado as vigas do camarote principal”. Já no Brasil, não deixaram de mencionar as bibliotecas particulares compostas por obras de Voltaire, Rousseau e Ovídio.

Notas bibliográficas nos relatos de viagem

A presença da leitura nas memórias de viagem é percebida na quantidade de referências bibliográficas. Citava-se muito. Isso é facilmente comprovado por uma rápida olhada nas páginas de qualquer um dos viajantes setecentistas e oitocentistas mencionados aqui. Pode-se até entender que referenciar outros viajantes, naturalistas ou não, era parte desse tipo de narrativa. Os nomes de autores e títulos de livros são pistas para identificarmos se um conjunto de sujeitos era valorizado, qual autor era obrigatório e se havia a presença de autores luso-brasileiros das décadas precedentes no conjunto de livros.

Anthony Grafton (1998) esclarece que, até o século XVIII, a nota de rodapé era uma forma nobre de arte literária e já apresentava algumas das características atuais, mas não havia um padrão. De conteúdo variável, as notas davam legitimidade a determinado debate e apoiavam a autoridade do escritor. Encontramos durante todo o trabalho diversas maneiras de se referenciar um mesmo autor. Spix e Martius adotavam apenas uma letra como símbolo de referência, o que dificulta a identificação dos autores que citaram. Todavia, essa não foi a única forma adotada pela dupla. O militar e naturalista espanhol Félix de Azara foi citado como Az. e como Azara. O botânico francês Jean Baptiste Christophore Fusée-Aublet foi referenciado como Aubl ou Aublet. Da mesma forma, Saint-Hilaire, Wied-Neuwied e o barão de Eschwege também alternavam abreviações e nomes completos.

Em relação à visão geral do que era citado nas memórias, alguns autores receberam destaque. As crônicas de viagem de Willem Piso, George Marcgraf e Jean de Léry estão presentes nas páginas dessas memórias de viagens científicas. No que diz respeito aos estudos de história natural, Linné e Humboldt foram os mais mencionados – Wied-Neuwied citou ambos com grande frequência. Além de Aublet, Azara e do cartógrafo Aaron Arrowsmith, também eram muito citados Joseph Banks, Georges-Louis Leclerc (comte de) Buffon, Georges Cuvier, Étienne Geoffroy Saint-Hilaire e Johann Baptist Emanuel Pohl. Sem qualquer regra de escrita, esses nomes poderiam ser evocados no corpo textual e nas notas de rodapé. Eram citados os que já haviam realizado uma viagem semelhante e os especialistas sobre o assunto tratado no momento. No corpo do texto, era corriqueiro que a nomenclatura científica fosse acompanhada do seu descobridor, mas também havia a prática de se referenciar para dar suporte a alguma afirmação sobre o ambiente ou assunto. Eschwege (1944, p. 114, T. I) recorreu a Pohl para explicar o insucesso da escavação de uma das muitas minas existentes em território brasileiro:

[...] embora fosse escavado um furo de somente sessenta pés de profundidade na rocha viva (segundo a descrição do dr. Pohl deve ser correlacionada à formação Itacolomi), foi preciso interromper os trabalhos pouco a pouco, em virtude da água.

Os estudos de Friedrich von Humboldt, que não teve permissão da coroa portuguesa para viajar pelo Brasil, foram usados e confrontados por Eschwege (1944, p. 300, T. I) por meio de suas análises de amostras recolhidas do tempo em que este último morou na colônia portuguesa. Os nomes mais citados pelo barão de Eschwege foram os dos mineralogistas Werner, Zincken e John Mawe.

Era comum igualmente a citação de mais de um nome para esclarecer determinado tema ou polêmica. Wied-Neuwied (1940, p. 36) fez isso durante muitos momentos de sua memória, como, nesse caso, em relação aos Tupinambá:

O francês Jean de Léry e o alemão Hans Staden deram-nos, em suas interessantes relações de viagens, uma descrição fidelíssima do estado, dos usos e costumes dos Tupinambás; são tanto mais instrutivas quanto retratam ao mesmo tempo todas as tribos dos índios civilizados que vivem ao longo do litoral, e que os portugueses denominaram “Índios mansos”. Southey em sua *History of Brazil*, livro cheio de boas informações, e Beauchamp, em sua *Histoire du Brésil*, obra romanesca, aproveitaram-se dessas fontes. Vasconcellos, em suas *Notícias curiosas do Brasil* (***) divide em duas classes todas as tribos indígenas do Brasil oriental, os civilizados ou domesticados, “índios mansos”, e as hordas selvagens, tapuias.

A citação de Wied-Neuwied é quase uma fórmula de escrita. Ele procedeu a um levantamento bibliográfico dos relatos sobre os Tupinambá. Fez questão de mencionar os clássicos como Léry e Staden, citou Southey e Beauchamp, ambos oriundos de países com instituições científicas renomadas, e fechou a reflexão de forma mais completa e erudita, com as *Notícias curiosas do Brasil* e *Memórias curiosas sobre os índios*, do Padre Simão de Vasconcelos (1597-1671). Entretanto, o que mais chama a atenção na investigação e coleta desses nomes é o fato de muitos dos sujeitos citados serem seus conhecidos ou, como já indicou Latour, integrantes de suas redes de sociabilidade científica.

Encontros na Europa

A observação de todos os autores e livros citados pelos naturalistas em suas próprias obras apresentou uma visão geral das leituras recorrentes no grupo e permitiu

entender como essa prática se dava na escrita de cada um. Conheceram-se em universidades, academias, museus e jardins botânicos da Europa. Alguns se encontraram durante a viagem ao Brasil, caracterizando a construção constante de redes de sociabilidade científica, que se constituía na norma entre eles, considerando seus vínculos sociais e acadêmicos.

Podemos identificar alguns dos encontros entre os escritores e os autores referenciados em ambientes científicos: Johann Friedrich Blumenbach, citado na *Viagem* de Wied-Neuwied e na de Spix e Martius, foi professor na Universidade de Göttingen. Ele ministrou aulas para Wied-Neuwied, Humboldt, Eschwege e Langsdorff, nomes que também estão nas notas de rodapé ou no corpo textual das obras dos viajantes naturalistas. Do mesmo modo, quando discutiram sobre os minérios, Eschwege, Spix e Martius citaram Abraham Gottlob Werner, professor na Escola de Minas de Freiberg, por onde passaram Humboldt, Eschwege além de José Bonifácio de Andrada e Silva.

As academias eram espaços propícios para que homens de diferentes nacionalidades transitassem, sendo comum assistirem a aulas ou participarem de uma leitura pública sobre pesquisas ou notícias de viagens. Em 1804, Wied-Neuwied conheceu em Paris muitos dos homens que citou em sua memória: Humboldt, Geoffroy St. Hilaire, Aimé Bonpland e Georges Cuvier. Também foi em Paris que os recém-formados José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira Arruda da Câmara conheceram Humboldt. Em algumas passagens dos textos, as referências são pautadas por essas experiências. As investigações e as produções escritas eram, então, substituídas pela cena de um encontro. O barão de Eschwege escreveu sobre informações dos rios diamantíferos de Goiás que haviam sido comunicadas verbalmente por Pohl (Eschwege, 1944, p. 221, T. I), que esteve no Brasil entre 1817 e 1821 e foi igualmente referenciado por Spix e Martius.⁴

Poderíamos citar outros exemplos dessas relações sociais entre os autores. Entretanto, são poucos os trabalhos historiográficos dedicados aos viajantes oitocentistas que se preocuparam em reconstruir esse cenário de convivência, especialmente no Brasil.⁵ Os exemplos acima têm a intenção apenas de demonstrar que uma boa parte dos nomes referenciados nas obras de Saint-Hilaire, Eschwege, Spix e Martius e Wied-Neuwied era de homens que se encontraram em alguma ocasião, fosse em uma leitura de Humboldt em Paris, nas aulas de Werner, ou mesmo em um café em Viena.

E uma questão específica sobre as vidas desses sujeitos nos interessou particularmente: além de frequentarem os mesmos espaços científicos, Saint-Hilaire, o barão de Eschwege, Spix, Martius e Wied-Neuwied encontraram-se no Brasil.

Encontros no Brasil

Do grupo de viajantes que estudamos, o primeiro a pisar em terras brasileiras foi o inglês John Mawe. Até onde conseguimos averiguar, era um comerciante sem educação formal em história natural, mas era autodidata em mineralogia. Isso, no entanto, não impediu que ele fosse citado pelos viajantes cientistas. Mawe estava no Brasil desde 1807. Em 1808, conheceu D. João VI e D. Rodrigo de Souza Coutinho, para quem realizou diversos trabalhos nos trópicos, recebendo a autorização para visitar a Capitania de Minas e o Distrito Diamantino. O texto que escreveu sobre essas experiências foi publicado em 1812, em Londres, antes das viagens de Saint-Hilaire (1816-22), Wied-Neuwied (1815-17), Spix e Martius (1817-20) e enquanto Eschwege já estava no Brasil (desde 1810).

Mawe usou pouco o recurso da citação em seu relato de viagem. De natureza mais utilitarista e informativa, sua obra privilegiou as descrições dos locais que visitou, a população nativa, os sujeitos que encontrava pelo caminho e os minérios que conseguiu coletar e analisar. Em mais de 300 páginas, citou somente Estalla, Arrowsmith e Aleixo Garcia.⁶ Por outro lado, Mawe foi mencionado em diversas memórias de viagem sobre o Brasil no século XIX. Eschwege, também mineralogista, trabalhou durante décadas para o governo português e mencionou Mawe 15 vezes na obra *Pluto Brasiliensis*. O mesmo se deu com Wied-Neuwied, que citou Mawe 26 vezes. Em Spix e Martius, a menção foi mais tímida, quatro vezes. Saint-Hilaire citou o inglês algumas vezes. Em *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* (publicado em 1833), o naturalista francês descreveu sua experiência no Tejuco (MG), a mesma região em que Mawe permaneceu. Em períodos diferentes, tanto Mawe como Saint-Hilaire se encontraram com o intendente Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, ficaram hospedados em locais preparados por ele e percorreram os arredores. Ambos descreveram a casa de campo de Câmara e suas atividades. Saint-Hilaire mencionou a esposa de Câmara e as visitas que recebeu de pessoas ilustres durante sua

⁴ Ver Augustin, 2009.

⁵ Ver Schwarcz, 2008.

⁶ A única pista sobre quem foi Estalla vem de Mawe, que escreveu: "Conversando com homens dignos de crédito, que viveram muitos anos no Pará, no Maranhão e no litoral, nunca os ouvi fazer referência às estranhas narrativas sobre os índios, que Estalla contou. Como espanhol, ele parecia estar divertindo o público com atos de seus próprios compatriotas, no Chile, e procurar, juntamente com os escritores de seu país, instigar o mundo contra os portugueses" (Mawe, 1978 p. 273). Aleixo Garcia foi um navegador português do século XVI que participou da exploração do Rio da Prata. A outra referência é do cartógrafo inglês Aaron Arrowsmith (1750-1823).

estada, detalhes semelhantes aos da descrição de Mawe, feita anos antes. Algumas vezes, esses trechos similares são acompanhados de citações, outras, de duras críticas de Saint-Hilaire a Mawe, autor de *Viagem ao interior do Brasil* (1812). Mesmo assim, Saint-Hilaire usou muitas das representações de Mawe sobre o Distrito Diamantino, as ruas do Tejuco, as qualidades do intendente Câmara e da sociedade mineira.

Mawe partiu do Brasil em 1810, ano em que o barão de Eschwege chegou à colônia portuguesa para trabalhar nos mesmos locais em que trabalhara o viajante inglês. A residência de Eschwege na Capitania de Minas tornou-se uma pequena república das ciências. Ali, ele recebeu Langsdorff, Pohl, Luccock e três dos viajantes estudados neste artigo, Saint-Hilaire, Spix e Martius. Todos mencionaram *Jornal do Brasil*, livro publicado em 1818, enquanto Eschwege ainda vivia no Brasil. Na obra de Saint-Hilaire, seu nome é recorrente em notas de rodapé nas memórias dedicadas à Capitania de Minas Gerais. Além disso, o francês não se esqueceu de descrever sua chegada e o período em que passou na casa do barão, em Vila Rica:

Tendo atravessado o pequeno vale, chegamos à casa do Sr. Barão de Eschwege, situada sozinha ao pé de um dos morros que fazem face à vila (26 de dezembro de 1816) [...].

O Sr. Eschwege, bastante conhecido pelos seus trabalhos, e então tenente-coronel ao serviço de Portugal, tinha sido companheiro de estudos do Sr. Langsdorff; fez-nos excelente recepção, cumulou-nos de gentilezas, e, durante os dezoito dias que passamos em sua casa, foi sempre além de nossos desejos. [...]

Durante o tempo que permanecemos em Vila Rica fizemos quase diariamente passeios, aos quais a conversação instrutiva do nosso guia, o Sr. Barão Eschwege, comunicava grande interesse (Saint-Hilaire, 1941, p. 65-75).

Spix e Martius encontraram Eschwege no Rio de Janeiro, logo nas primeiras semanas em que chegaram ao Brasil. Seguindo o roteiro clássico de viagem, foram para Vila Rica e lá se hospedaram na casa do “compatriota e amigo”. Eschwege apareceu em algumas partes do texto da dupla, ora citado pela obra *Jornal do Brasil* e suas análises de minerais e da flora, ora como conselheiro dos viajantes, já que estava em terras brasílicas há mais tempo. A narrativa de Spix e Martius sobre o deslocamento e a chegada a Vila Rica apresentou a veia anfitriã de Eschwege. Antes mesmo de alcançarem a cidade mineira, Eschwege havia providenciado alojamento para eles na estalagem *As Cabeças*. Assim, os viajantes puderam descarregar as bagagens e

organizar a exploração da “capital da terra das minas”: “[...] chegamos ao coração da afamada terra do ouro, alimentamos vivo desejo de visitar sem demora as próprias minas. Nosso amigo e compatriota Sr. von Eschwege veio logo ao encontro desse nosso anseio” (Spix e Martius, 1983, p. 201, 207, T. I). Eles seguiram as semanas explorando a região em companhia do barão, como ocorreu com Saint-Hilaire.

Os encontros na casa de Eschwege talvez expliquem o fato de somente Spix e Martius terem citado Saint-Hilaire. Os três estiveram no país entre 1816-1820, mas não encontramos documentos que comprovem um encontro entre eles. Sabemos, no entanto, que estiveram hospedados nas casas de Langsdorff, Eschwege e Câmara. O mesmo não aconteceu a Wied-Newied, que, apesar de ter contato com o círculo social de Langsdorff no Brasil, não incluiu a Capitania de Minas Gerais em seu roteiro. Os naturalistas Spix e Martius foram citados por Saint-Hilaire e Wied-Newied, mas em ambas as obras não receberam o destaque dado a Mawe ou Eschwege. Por fim, Wied-Neuwied foi citado diversas vezes por Spix, Martius e Saint-Hilaire.

Essa explanação sobre as citações entre o grupo de viajantes estrangeiros coloca em foco a possibilidade de circulação de ideias e escritos nos ambientes científicos do período, por vezes nas residências de Câmara, Langsdorff e Eschwege no Brasil. Tal dinâmica permitiu que esses homens conhecessem determinadas análises diretamente com os investigadores. Essa troca de conhecimento também se estendia para a leitura do que era produzido sobre o tema e integrava as bibliotecas particulares. O fato de valorizarem sujeitos reconhecidos como Linneu e Humboldt também fortaleceu uma antiga rede de sociabilidade, destacando alguns nomes em detrimento de outros. No geral, os nomes mais mencionados eram os de indivíduos que já possuíam algum destaque em centros europeus, quase obrigatórios em uma memória dessa natureza.

Os antecessores luso-brasileiros

Naturalistas luso-brasileiros, formados (na maioria) em Coimbra, que atuaram em diversas partes do império em fins do século XVIII, fornecendo descrições e materiais em abundância para os jardins botânicos e gabinetes de curiosidades portugueses, também aparecem nos relatos estudados aqui. Esses “quase” desconhecidos do grande público habituado à leitura de relatos de viagem eram consagrados pelos especialistas, com quem já haviam se encontrado na França, na Alemanha, em Lisboa ou no Brasil. Seus nomes e seus estudos estavam nas correspondências trocadas entre Domenico Vandelli e Linneu. Os exemplares de suas coletas estavam espalhados pelos museus de história natural de Paris e Berlim. Falava-se de

suas expedições na casa de Langsdorff. Haviam publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa ou no jornal brasileiro *O Patriota*.⁷

A diferença geracional, o envolvimento em projetos políticos diferentes e mesmo o fato de realizarem seu período de aulas e treinamento em distintas instituições de ciência deram especificidades a cada grupo em relação à história natural. Isso, entretanto, não impediu o contato entre eles. Faz parte da prática científica a consideração das pesquisas e do conhecimento de grupos anteriores. Latour (2000), Bloor (2009) e Chalmers (1994) concordam que, para todo novo conhecimento científico, houve um antecedente. A ciência só é possível nessa dinâmica de retomada de análises, observações, experimentos e teorias. Tal característica vale também para as viagens. Os homens que se aventuraram no século XIX se apropriaram de muitos conhecimentos sobre navegação, comércio e a história natural produzida por seus predecessores, o que é visível no conjunto de escritos que se convencionou chamar de *literatura de viagem*. O gênero tem como regra diversos *topoi* – como os naufrágios – que são seguidos tanto pelos autores de viagens ficcionais (mesmo quando embasadas em viagens reais), quanto pelos escritores de memórias de viagens científicas. A evocação de nomes e elementos do passado também se mostra nas citações de antigos viajantes e suas narrativas. Por isso, quando se lê um relato de viagem sobre a América, em especial, o Brasil, provavelmente há referências a Jean de Léry, Hans Staden, La Condamine ou Cook. Além de realizarem anteriormente os mesmos trajetos, foram lidos em confortáveis bibliotecas e ajudaram a moldar um imaginário sobre esses lugares, que o viajante, enfim, poderá “re-conhecer”.

Entretanto, apenas essas leituras não eram suficientes para o naturalista/cientista. Quando esse profissional organizava uma viagem ao Brasil, precisava de informações mais específicas sobre o local para o qual viajaria. Era necessário que esses dados viessem de nomes com reconhecimento entre os seus pares. É nesse momento que os luso-brasileiros do século XVIII aparecem nas obras dos viajantes estrangeiros do XIX, pois realizaram as primeiras viagens filosóficas ao território e foram os primeiros a adotar os métodos da história natural para conhecer a fauna e flora brasileiras. Todos os viajantes estrangeiros que analisamos neste estudo citaram algum luso-brasileiro. Apesar de significativas, essas citações às vezes se resumiam a uma menção, como as feitas a José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho e Luís Antônio de Oliveira Mendes, citados por Spix e Martius. Assim, decidimos examinar somente os nomes que apareceram

em mais de um relato de viagem. Esse método nos permitiu comparar as citações e representações nos diferentes textos e verificar que os mais evocados foram Alexandre Rodrigues Ferreira, Manuel Arruda da Câmara, José Vieira Couto e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá. Antes de falar sobre cada um, há que se mencionar o paduano Domenico Vandelli, cujo trabalho com esse grupo é reconhecido e muito estudado pelas historiografias portuguesa e brasileira (ver Camargo-Moro e Kury, 2008; Ceríaco *et al.*, 2013), que destacam sua importância nos rumos da ciência natural portuguesa e sua relação com o grupo luso-brasileiro. Vandelli manteve uma rede epistolar com nomes importantes das ciências naturais, como Lineu e Joseph Banks, e publicou suas experiências de trânsito científico e suas investigações pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Todas essas informações corroboram o seu reconhecimento ainda em vida como estudioso da fauna e da flora brasileiras. Quando Saint-Hilaire descreveu a espécie *Vellozia*, que estava entre “as plantas que caracterizam as altas montanhas da província de Minas”, na nota de rodapé que acompanhou a descrição, ele esclareceu que preferiu o nome de Vandelli em detrimento de outros que também haviam classificado a espécie, porque “é mais antigo e lembra dois botânicos brasileiros muito célebres. A *Vellozia* é próxima de *Xerophyta*” (Saint-Hilaire, 2011, p. 26). Pode-se entender que um dos sujeitos “muito célebres” era o Frei Veloso, outro naturalista luso-brasileiro de renome. Uma das memórias de Vandelli foi igualmente usada em *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius, para amparar a descrição de uma possível descoberta de cobre na região da Vila da Cachoeira, na Bahia. O “achado” – um “grande bloco de puro cobre, com peso de 2.666 libras, que, desde o ano de 1782, se acha conservado no Real Gabinete de História Natural de Lisboa” – ganhou citação direta nas *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Spix e Martius justificaram que a narrativa de Vandelli foi a primeira notícia sobre o tema:

Pesa 2.616 libras e é de forma romboidal irregular com vários depressões e saliências. [...] Em muitos pontos, e, sobretudo, no lado de baixo, notam-se pedaços maiores e menores, que, à primeira vista, parecem oligisto (ferrum micaceum), porém, examinados ao fogo, provaram ser ocre de cobre endurecido, dando uma onça do mesmo 6 ½ oitavas de cobre puro. A análise química não revelou prata, nem ouro, mas 97% de cobre puro. No mesmo lugar, encontrou-se outro pedaço, muito menor, do mesmo metal. Ao examinarmos o bloco,

⁷ Ver Kury, 2001, Kury, 2004 e Kury e Gesteira, 2012.

chamou sobretudo a nossa atenção a sua superfície, cheia de cavidades rasas, que nos deu a ideia de haver sofrido o metal uma fusão superficial. Semelhantes cavidades acham-se também no meteorito de Bendegó (Spix e Martius, 1983, p. 219, T. II).

Essa extensa nota de rodapé foi refutada pelos autores tempos depois, quando tiveram a oportunidade de apreciar a massa de metal em Lisboa e notaram que havia no granito raras partículas de turmalina, mas nenhuma espécie de composto de cobre (Spix e Martius, 1983, p. 200, T. II). Eschwege também comentou sobre esta análise de Vandelli, que “verificou a ausência de ouro e prata, mas, em compensação, encontrou 97% de cobre puro” (Eschwege, 1944, p. 254, T. II). Em uma das poucas vezes que citou Vandelli, Eschwege questionou a veracidade de alguns de seus dados e comparou a investigação sobre o bloco de cobre com a dos compatriotas Spix e Martius:

Os meus sábios amigos von Spix e von Martius visitaram essa região banhada pelo Rio Paraguaçu, com o objetivo de colher algumas informações sobre a origem da amostra. Nada encontraram, porém, que os esclarecesse a respeito. Apenas acharam o baixio totalmente coberto de capim e espinheiros, onde, aqui e ali, se viam grandes blocos soltos de granito. A região era dominada ao norte por um banco dessa rocha. Além dos elementos próprios do granito, só observaram algumas turmalinas negras. Não encontraram, pois, nenhum vestígio de ocorrência de cobre no granito, quer em camadas, quer em buchos (Eschwege, 1944, p. 255-256, T. II).

De todos os que mencionaram Vandelli, apenas Eschwege o conheceu pessoalmente, pois trabalharam juntos no Complexo da Ajuda. Apesar disso, o paduano apareceu poucas vezes em *Pluto Brasiliensis*. Em uma delas, a análise do famoso bloco de cobre foi retomada. Na crítica aos estudos de Vandelli, Eschwege repetiu uma característica presente em diversos momentos de sua obra: a crítica à ciência natural portuguesa (Eschwege, 1944, p. 254-255, T. II). O fato de ter trabalhado para o governo português e ter convivido com funcionários da Coroa dava a Eschwege outros elementos sobre os homens de ciências luso-brasileiros e portugueses. *Pluto Brasiliensis* foi publicada em 1833, cinco anos após o segundo tomo do livro de Spix e Martius, o que nos leva a entender possíveis caminhos pelos quais esses episódios estudados e publicados anteriormente pelos homens da ciência portuguesa chegaram até outros sujeitos. O texto que Eschwege e Spix e Martius mencionam é *Várias Observações de Química e História Natural* (Vandelli, 1797, p. 259-261). Eschwege, que era sócio da Academia de Ciências de Lisboa, tinha

livre acesso às diversas memórias que a instituição publicava, sendo que poderia ter lido diretamente o texto de Vandelli. Entretanto, não se pode descartar que um extrato desse mesmo escrito também tenha chegado a Eschwege por Spix e Martius, o que nos permite considerar como a leitura indireta circulava nessa rede de homens de ciências. Lembremos também que, em toda a sua memória científica, Eschwege citou 26 autores, com destaque para Mawe, Spix e Martius. Sabemos que o primeiro também era mineralogista e que os outros dois foram seus hóspedes em Minas Gerais. Em relação aos luso-brasileiros, cinco foram citados: Alexandre Rodrigues Ferreira, Richa Pita, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Vieira Couto e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá. Desses, foram postos em evidência, sempre em críticas, o intendente Câmara e o matemático Vieira Couto.

A esse respeito, Chartier (2001, p. 632) afirma que, em uma comunidade de leitores, como a que estamos analisando, há uma gama de capacidades que deve ser reconstruída “para entender o ponto de partida de uma comunidade de leitura”. Feito isso, observam-se as regras, as convenções, as normas e os “códigos de leitura próprios a cada uma das comunidades de leitura. Nisto consiste a maneira de dar uma realidade sociocultural à figura do leitor.” Cumpre aqui observar que, apesar de ainda não existirem à época normas fixas para se referenciar livros, as apropriações dos mesmos escritos e autores são regras desse grupo em especial. É importante também acrescentar que a citação literal, como a de Spix e Martius, e as referências de obras são formas de apropriação de leitura que ainda permitem certa liberdade de escrita. Ainda que seja possível buscar elementos de “nacionalidade” nas diferentes leituras desses indivíduos, acreditamos na hipótese de uma comunidade de leitores sob a proteção ou a autorização da Coroa portuguesa, mantendo a intencionalidade dos relatos mais afeita a uma concepção compartilhada de ciência e de difusão do conhecimento e menos a questões geopolíticas específicas dos países de origem dos viajantes (Junqueira, 2015, p. 65-66).

Todos estes exemplos indicam que os viajantes oitocentistas conheciam os estudos dos naturalistas que os antecederam, cujos nomes referenciavam em suas obras. Desses, podemos usar como exemplo Manuel Arruda da Câmara, que também foi mencionado por Saint-Hilaire e Wied-Neuwied. Há diferentes modelos de citação para Arruda da Câmara. No corpo textual, seu nome apareceu abreviado, entre parênteses, em uma primeira citação: “o imbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr.)” (Spix e Martius, 1983, p. 131, T. II), sendo retomado mais adiante no relato:

*Um exemplo do que acabamos de dizer é o imbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr.), cujas raízes, horizontalmen-*

te espalhadas, quase à flor da terra, intumescem-se em tubérculos nodosos do tamanho de um punho e até de uma cabeça de criança e, ocós no interior, cheios de água. Abrimos algumas vezes esses singulares recipientes, a fim de satisfazer a sede dos animais de carga, e achamos, por vezes, mais de meia Mass de líquido numa só raiz. A água, ora muito clara ora um tanto opalina, embora morna e em geral de sabor resinoso-balsâmico não agradável ou um tanto acre, era, todavia, potável (Spix e Martius, 1983, p. 202, T. II). (grifo nosso).

Após essa descrição, o nome de Arruda da Câmara aparece nas notas de rodapé e por meio de uma leitura indireta da obra *Travels in Brazil*, de Henry Koster (1816):

Esta árvore curiosa já mencionada numa obra rara de Manoel Arruda da Câmara impressa no Rio de Janeiro e intitulada 'Dissertação sobre a utilidade de estabelecer hortos botânicos no Brasil', cuja tradução se encontra no anexo de Koster: Travels in Brazil, from Pernambuco to Ceará, London 1816 (Spix e Martius, 1983, p. 210, T. II).

Não encontramos informações que indicassem se Spix lia em português, mas é certo que Martius o fazia. Mesmo com essa informação, pode-se pensar que a tradução de Koster foi o que propagou os estudos de Arruda. O imbuzeiro retorna à narrativa, mas agora na forma da imbuzada, “espécie de sopa agridoce, preparada com o suco dessa fruta, com leite quente e rapadura” (Spix e Martius, 1983, p. 210, T. II), que foi provada pelos viajantes. Arruda ainda aparece nas notas finais dos capítulos I e II, na descrição da carnaubeira, “uma das mais belas palmeiras de leque”, na citação da *Bromelia variegata* e como referência sobre a cultura do algodão – quando os autores elogiam a sua *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros* (Camara, 1799; Spix e Martius, 1983, p. 220, 242, 244, T. II). Wied-Neuwied (1940, p. 121 e 362) também citou a tradução de Koster, relacionando-a a Arruda em dez citações. Na maioria das outras menções, o nome de Arruda foi abreviado, ao lado das nomenclaturas científicas. Wied-Neuwied (1940, p. 53) o referenciou quando descreveu algumas plantas desconhecidas, como a chamada airi-mirim, que não havia sido “introduzida nos sistemas de História Natural” e foi apenas “mencionada por Arruda”. No geral, não percebemos se houve reprodução ou apropriação da tradução de Koster ou mesmo do original de Arruda; também não temos a informação de que Wied-Neuwied lesse em português, o que nos leva a pensar que o luso-brasileiro tenha chegado até ele por meio de Koster. Uma dessas citações de Wied-Neuwied é bem interessante, pois coloca Arruda em um debate com outros viajantes que estiveram no Brasil:

Mawe cita essa planta, mas atribui-lhe folhas lanceolares e denteadas quando têm 'frondes' penadas com folíolos pontudos, macios e de bordos inteiriços. Arruda descreve-a melhor, porém não examinou a flor; de acordo com a opinião do sr. Sellow, parece fora de dúvida que não pertence ao gênero Cocos. Seus usos já foram suficientemente explanados por Marcgraf, Mawe e Koster [...] (Wied-Neuwied, 1940, p. 83).

O extrato acima demonstra a intenção do autor em apresentar seu repertório de textos sobre o Brasil. Todos os citados – Mawe, Arruda, Friedrich Sellow, Marcgraf e Koster – escreveram sobre suas experiências. Assim, tê-los como referência demonstra que Neuwied conhecia seus antecessores, sabia sobre seu objeto e fizera o que as instruções científicas orientavam: ler sobre o lugar de sua viagem. Além disso, a menção a Marcgraf, que chegou ao Brasil em 1638, dá um tom de tradição dessa literatura de viagem e reforça sua erudição. Por fim, o fato de relacionar Arruda à rede de uma sociabilidade científica reconhecida nos leva a pensar nas possíveis intenções sobre citar ou não citar determinado autor. O trecho em questão não traz elementos suficientes para perceber a valorização de um determinado sujeito em detrimento de outro, mas o fato de Arruda estar nesse conjunto é significativo. Ele era conhecido, logo, tornava-se necessário citá-lo. Esse aspecto pode ser igualmente observado em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, de Saint-Hilaire (1975, p. 235):

Não se pode crer que em extensão de terra tão grande, não exista uma multidão de espécies ou variedades diferentes de algodoeiros [...] já publicaram em português sobre a matéria os Srs. Sá e Manuel de Arruda Câmara, e, enfim seria necessário aproveitar tudo que há de útil nos escritos de Nicrolson, Moreau de Saint-Merry, Badier, Bajon, Préfontaine, Blom, Lasterye, e principalmente, de Robr (grifo nosso).

Sabemos que Saint-Hilaire lia e falava português, o que possibilitou uma leitura direta de *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros* e outras obras aqui mencionadas.

Outro luso-brasileiro a destacar é José Vieira Couto. Ele foi citado por Saint-Hilaire e Eschwege. Das três obras daquele primeiro, Vieira Couto apareceu uma única vez em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. No conjunto das citações de Saint-Hilaire, entretanto, percebe-se que, apesar do conhecimento linguístico, ele realizou leituras indiretas dos formados em Coimbra. Couto foi um desses casos. Na ocasião em que escreveu sobre a falta de lenha nas vilas de Minas Gerais, Saint-Hilaire utilizou a explicação de Vieira Couto, mas

via Robert Southey (1819): “O mal que devia inevitavelmente resultar da destruição das matas, diz Southey, segundo Vieira Couto fora previsto há bastante tempo e, por cerca de 1736, o governador Gomes Freire já se esforçara por conjurá-lo” (Saint-Hilaire, 1975, p. 91). Couto também foi evocado por Eschwege (1944, p. 164, 264, T. II) em cinco menções, tanto na narrativa da história da Capitania de Minas Gerais quanto para apoiar suas análises mineralógicas. Em ambos os casos, Vieira Couto foi descrito como um naturalista e funcionário da Coroa portuguesa que havia cometido graves erros. Segundo Eschwege, uma comissão fora formada para examinar um veeiro de chumbo no Ribeirão Galena, em Minas. Nesse grupo estava “um certo dr. Couto, que havia adquirido alguns conhecimentos de mineralogia durante o tempo em que fazia seus estudos de medicina em Coimbra”. As investigações de Couto em nada impressionaram Eschwege, e este concluiu que os reconhecimentos feitos pelo luso-brasileiro eram óbvios para quem conhecia o lugar e o metal a ser encontrado. Mais adiante no texto, Vieira Couto foi citado como o naturalista que estudou alguns exemplares enviados ao Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, em 1810. Nesse trabalho,

acusou a presença de exemplares de cobalto terroso, de cor negra, que se apresentava, juntamente com quartzo, num xisto argiloso ferruginoso. Ele indicou os seguintes lugares de procedência das amostras, sem nenhum esclarecimento, porém, sobre o modo de ocorrência: o morro em que está situado o arraial do Tejuco, no Distrito Diamantino; o Tombador da Chapada Grande e uma região situada entre Palmital e Cachoeira e Palmital e Alto do Pires, no caminho que vai de Caeté a Vila Rica. A região em torno do Tijuco e as outras mencionadas são constituídas de itacolomito e xisto argiloso. Infelizmente, não encontrei as jazidas, pois o dr. Couto procurou ocultá-las. Mais tarde, porém, cheguei à conclusão de que esse cobalto negro terroso constitui enchimento frequente de pequenas fendas no xisto argiloso primitivo de Vila Rica, sobretudo no compacto e acinzentado, que ocorre no Ribeirão de Ouro Preto, nas proximidades da minha quinta do Funil (Eschwege, 1944, p. 266, T. II).

O “dr. Couto” descrito por Eschwege, também funcionário da Coroa portuguesa no Brasil em 1810, não era seu colega de profissão, mas alguém que ocultava descobertas de jazidas e cometia erros que ele mesmo, Eschwege, não cometeria. Essa imagem permanece nas outras páginas, e os trabalhos realizados pelo luso-brasileiro foram sempre descritos como incompletos, merecendo críticas detalhadas

do alemão. As últimas menções a Vieira Couto citam uma rápida informação sobre suas investigações que constavam em “um manuscrito elegantemente encadernado, que ele apresentou ao Príncipe Regente, em 1808” (Eschwege, 1944, p. 274, T. II) e uma citação mais completa, novamente com uma imagem negativa de Couto:

Só em 1808 ou 1809 é que o naturalista brasileiro, Dr. José Vieira do Couto, a convite do governo, publicou um pequeno tratado sobre as ocorrências [...] Nesse trabalho, distribuído gratuitamente pelo governo, o autor recomendava especialmente aos fabricantes a restituição das terras às cavernas, donde fossem tiradas para extração do salitre. Essa recomendação, como era de esperar, não deu resultado. Ouvi mesmo de muitos a afirmação de que a restituição das terras às salitreiras daria trabalho excessivo, razão por que não a fariam (Eschwege, 1944, p. 312/313, T. II).

O pequeno tratado citado é *Memoria sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo* (Couto, 1809), texto direcionado para um público especializado, apresentando métodos de salitreira artificiais, exploração do salitre natural, como preparar as terras para a produção do salitre, rendimento de uma salitreira e outras questões de ordem prática da atividade. Eschwege não detalhou elementos que nos permitissem analisar a obra e, como regra, a presença dos luso-brasileiros em sua obra é restrita às experiências do período em que foi funcionário da Coroa portuguesa. Percebe-se o tom amargurado de boa parte dessa memória; entretanto, de todos os nomes mencionados, o de Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt e Sá, o terceiro exemplo de naturalista luso-brasileiro citado pelos viajantes estrangeiros, foi o mais criticado.

Mawe, Eschwege, Spix e Martius e Saint-Hilaire mencionaram o intendente Câmara Bethencourt e Sá, o naturalista com quem tiveram contato direto, tanto como seus hóspedes em Minas Gerais quanto como colegas de trabalho. Já vimos sobre a experiência do encontro entre Câmara e Mawe, que foi o primeiro a escrever sobre o intendente, gerando uma matriz descritiva seguida de perto por Saint-Hilaire, Spix e Martius. Nos textos dos três, são citados o encontro com o intendente, o receptivo lar mineiro, a família educada do mineralogista, em especial sua esposa, a sociabilidade entre os locais instruídos e as pequenas expedições nos arredores. Além disso, todos concordavam com a importância da figura do naturalista para a história daquela Capitania.

Os três autores realizaram expedições no mesmo período, entre 1816 e 1822, mas publicaram seus textos em épocas distintas: Spix e Martius publicaram seus relatos em 1823, 1828 e 1831; Saint-Hilaire publicou todas as

obras aqui utilizadas entre as décadas de 1820 e 1830. Câmara é citado em duas de suas três obras: *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro* (1830) e *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil* (1833). É importante destacar essas datas, porque Saint-Hilaire citou muitas vezes a obra da dupla de viajantes bávaros. Seguiremos a ordem cronológica dessas publicações para perceber nelas a representação do intendente Câmara. Em 1828, saiu do prelo o segundo tomo de *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius. Após menção à estadia na casa de Eschwege, Spix e Martius citaram o naturalista luso-brasileiro. A narrativa foi iniciada com a instalação, em 1812, de uma Fábrica Real de Ferro na região de Sorocaba, com destaque para a atuação do “Sr. Ferreira da Câmara”:

[...] amigo de grandes empreendimentos, propôs ligar o Rio Santo Antônio com o Doce, e assim transportar o ferro até à costa marítima por via fluvial e, de retorno, trazer-se o sal, assim como outras necessidades do sertão. Esse desígnio influi sobretudo na escolha do lugar, contra o qual se elevaram protestos, por motivo de altitude e de falta de água, crítica que Ferreira da Câmara refutou perante o governo, pois ele mesmo tomaria a fábrica a seu cargo com reembolso de todas as despesas (Spix e Martius, 1983, p. 24, T. II).

Mais adiante, aparece o encontro entre os viajantes, quando se fez uma apresentação da formação do intendente, “brasileiro nato, formado na escola de nosso imortal Werner e por viagens durante oito anos na Alemanha, Itália, Hungria, França e Inglaterra, e conhecido dos mineralogistas por algumas obras de valor” (Spix e Martius, 1983, p. 31, T. II). Câmara foi descrito como hospitaleiro, que tudo fez para tornar proveitosa e agradável a estada dos viajantes, mandando preparar-lhes uma casa e insistindo para que compartilhassem das refeições de “sua gentilíssima família”. O “excelente amigo” conduziu a expedição pela região e auxiliou na identificação de alguns exemplares coletados, destacando o papel do investigador:

Uma distinta prova de seu interesse pela ciência deu-nos ele, mandando adiar por alguns dias a remessa, para o Rio de Janeiro, do produto das lavagens de diamantes deste ano, a fim de nos permitir fazer o seu exame científico.

Com esse intuito, convocou-se uma sessão do Conselho Administrativo Junta Diamantina, para a qual fomos convidados. Foi retirada do lugar seguro toda a coleção e apresentada à assembleia. Consistia em 9.396 quilates e 2 grãos, achando-se as pedras separadas, segundo o tamanho, em doze lotes, e distribuídas em diversos saquinhos de seda vermelha. Faz-se a classificação

por meio de um estojo de latão de onze divisões com peneiras diferentes pelo tamanho dos furos e dispostas de maneira que os diamantes menores se ajuntam no compartimento inferior, e os maiores ficam em cima, no primeiro. Os diamantes dos três primeiros lotes, cada um dos quais deve pesar mais de três quilates, são contados (Spix e Martius, 1983, p. 31, T. II).

Na obra de Saint-Hilaire, o intendente Câmara ilustrou a história da povoação de Gaspar Soares em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro*. O francês também narrou o trabalho na Fábrica de Ferro, explicou como o naturalista escolheu o local para “estabelecer fornos em que se fundisse o ferro necessário à exploração dos diamantes” e utilizou termos semelhantes aos da obra de Spix e Martius (citando-os) para ilustrar essa atividade:

Para dar maior desenvolvimento à fundição, dizem os Srs. Spix e Martius (*Reise in Bras.*, I, 426). Da Câmara, amigo dos grandes empreendimentos, concebeu o projeto de reunir o Rio S. Antônio ao Rio Doce, a fim de poder expedir por água o ferro de Gaspar Soares, e receber em troca, pela mesma via, sal e mercadorias estrangeiras. Foi esse projeto que contribuiu principalmente para decidir o Intendente dos Diamantes a estabelecer a fundição régia em Gaspar Soares (Saint-Hilaire, 1975 p. 131 e 132).

Saint-Hilaire seguiu a mesma ordem de escrita que seus colegas. Primeiro, a Fábrica de Ferro, seguida da apresentação do luso-brasileiro no histórico que montou sobre a região. Em *Viagem pelo Distrito dos Diamantes*, mencionou o salário e os poderes atribuídos ao intendente. Do mesmo modo que os outros, o francês foi hóspede do naturalista na “solitária” casa do campo e na vila. Como os seus antecessores, descreveu essas residências, fez as refeições com a família, foi visitado por pessoas ilustres da região, registrou atividades e cultivos que o luso-brasileiro realizava e as excursões pelos arredores:

O intendente criava em Pinheiro muitos animais, não somente como objeto de distração, mas ainda para proceder a úteis experiências. Seu gado era muito bonito; todavia, como nos demais lugares, as vacas tinham tetas muito pequenas e davam pouco leite. O Sr. Da Câmara experimentava também cultivar ao redor da sua casa legumes e alguns grãos; mas achava-se muito aborrecido devido à pobreza e secura do solo. No dia seguinte à minha chegada a Pinheiro, fiz a cavalo, com o intendente, uma excursão de duas ou três léguas nas montanhas que circundam sua habitação ... (Saint-Hilaire, 1941, p. 28).

Apesar de muitas menções a seus colegas Spix e Martius, foi Mawe o mais citado por Saint-Hilaire no extrato sobre o Tejuco. Há muitas semelhanças em ambas as narrativas, como o encontro na moradia de campo e a representação da casa de Câmara como um espaço de circulação de letrados:

O Sr. Câmara havia, como disse alhures, viajado durante 8 anos nas principais partes da Europa; tinha vastos conhecimentos e ideias boas sobre política e administração; distinguia-se por uma probidade rara entre os mineiros e poucos homens poderiam ser tão úteis como ele à sua bela pátria. A justiça era distribuída pelo Sr. Da Câmara, de modo paternal; ele não deixava protelar nenhum caso. Tanto quanto lhe era possível procurava abandonar as vãs formalidades, visando conciliar as partes e poupar-lhes gastos. Viviam entre os empregados e habitantes de Tijuco como no meio de seus iguais. A gente do povo amava-o e, bastante afastada dele para poder cobiçar seu lugar, ela era unânime em elogiar-lo (Saint-Hilaire, 1941, p. 65).

Apesar de ter chegado ao Brasil em 1810, Eschwege publicou sua obra apenas em 1833. Nela, a representação de Câmara é muito diferente da dos outros viajantes. É preciso reforçar que o alemão foi funcionário da Coroa portuguesa durante décadas, tendo trabalhado com muitas das figuras que analisamos até aqui, incluindo o intendente. Câmara e Eschwege aprofundaram seus conhecimentos sobre mineralogia e trabalhavam na Capitania de Minas, mas em cargos bem diferentes. A disputa entre eles é clara na obra de Eschwege, que fez duras críticas a Câmara nas páginas de sua memória. De todas as fontes que analisamos é a que mais dedicou espaço a esse indivíduo, sempre de forma negativa, sem citar nenhum estudo dele.

A primeira menção de Eschwege ao intendente Câmara se deu em um comentário ao Alvará de 13 de maio de 1803 que regulamentava a exploração de minerais na Capitania de Minas. A elaboração do documento contou com a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva e com a de Câmara, quando esses “regressaram de suas viagens de estudos mineralógicos na Europa [...] Seus autores, porém, desconhecendo as vicissitudes da mineração no Brasil, para a qual haviam redigido a lei, não conseguiam que a mesma fosse posta em vigor” (Eschwege, 1944, p. 211, T. II). Eschwege questionou uma das investigações de Câmara sobre uma suposta matriz de diamantes. O barão foi categórico e concluiu que não “é possível, entretanto, aceitar essa teoria”. Em outro momento, citou o trabalho que realizaram juntos, quando registraram, descreveram e classificaram vários exemplares de diamantes (Eschwege, 1944, p. 222 e 226, T. II). Todavia, a parte mais interessante – que permite percebermos

como o estrangeiro entendia o luso-brasileiro – diz respeito, novamente, à construção da Fábrica de Ferro:

Como ficou dito páginas atrás, o muito conhecido mineralogista Manoel Ferreira da Câmara resolveu construir, às expensas do Rei, uma grande fábrica de ferro em Minas Gerais, para o que não lhe faltaram nem poder, nem dinheiro, pois obteve ambas as coisas do Governo, que lhe permitiu usar do primeiro e retirar do segundo na Caixa Administrativa Diamantina (Eschwege, 1944, p. 346, T. II).

A passagem acima é clara: Câmara era poderoso e tinha apoio da Coroa portuguesa. Para Eschwege, essa questão era incômoda e, nas páginas seguintes, descreveu o episódio da Fábrica detalhadamente. Ele foi além de seus antecessores e trouxe informações mais completas. Ao longo de cem páginas, analisou minuciosamente as ações de Câmara e impôs sua visão sobre toda a história: segundo ele, o luso-brasileiro confiou nas pessoas erradas, foi infeliz em suas escolhas, insistiu nos erros, gerou prejuízo ao erário, recusou auxílio de pessoas experientes, escolheu uma equipe inapropriada para os trabalhos, entre outras categorias negativas sobre o grandioso projeto:

Somente após a construção de um alto forno de refino e de um malho, é que Câmara se convenceu intimamente de que a água só bastava para estas três instalações, e isso mesmo no tempo das águas, conforme eu lhe chamara a atenção, por ocasião de minha visita em 1811. Como, porém, para grande prejuízo da Administração, ele perseverasse teimosamente no seu projeto, teve a ideia de trazer a água para outros fornos projetados de um córrego afastado, por meio de um difícil canal de uma milha de extensão, projeto esse que, aliás, não foi realizado (Eschwege, 1944, p. 345, T. II).

Por fim, deu seu veredito:

Câmara agiu, pois, irrefletidamente, ao projetar uma usina que poderia abastecer de ferro, não só o Brasil, mas também os países vizinhos. Para esse fim, deu início à construção de uma grande estrada através dos sertões inóspitos do Rio Doce, e planejou tornar navegável o rio S. Antonio, planos gigantescos, que se traçam facilmente no papel, mas são irrealizáveis na realidade, pelo menos enquanto não aumentar a densidade de população. Ora, isso não se dará neste século (Eschwege, 1944, p. 441, T. II).

Não precisamos confrontar novamente os extratos para perceber que Eschwege representou Câmara de forma

singular e diferente dos demais. Durante toda a memória, lembrou que não recebera o mesmo tratamento dispensado por Câmara aos demais naturalistas e, sempre que pôde, criticou trabalhos e pesquisas dos luso-brasileiros e dos portugueses. Eschwege também teve que esperar por um longo tempo pela publicação de sua grande obra, e se queixava disso. Por outro lado, o alemão repetiu padrões de escrita de sua comunidade de leitores, como a descrição do empreendimento de Câmara. Pode-se, nesse sentido, pensar que *Pluto* e as outras memórias são também escritas de si, e que ele entrega ao leitor detalhes sobre um cientista que queria o reconhecimento por seu longo trabalho.

Finalizando

Voltemos ao objetivo deste texto, que foi o de ver Mawe, Eschwege, Saint-Hilaire, Wied-Neuwied, Spix e Martius como leitores com mais coisas em comum que somente a viagem ao Brasil. Alguns se encontraram pessoalmente na colônia portuguesa e trocaram diversas informações, fundamentais para seguirem viagem e, posteriormente, torná-la um texto a ser lido. Fizeram muitas leituras semelhantes, o que nos possibilitou classificá-los como uma comunidade de leitores com normas e usos próprios. Identificar que liam os mesmos textos foi essencial para entender o grupo complexo de viajantes, distintos da imagem de homens solitários ou dos viajantes que tudo viram e experimentaram. Reconhecemos aqui as semelhanças significativas em suas descrições sobre os luso-brasileiros, o que confirmou a complexidade do mundo do leitor e da comunidade de leitores que incluía ressignificação, repetição e construção de representações importantes ao mundo científico.

Entretanto, o que é de fato uma comunidade de leitores, e como estudá-la? Nessa reflexão, encontraram-se alguns caminhos. Antes disso, numa possível definição, é preciso retomar a afirmativa de Roger Chartier: “um texto só existe se houver um leitor para lhe dar significado” (Chartier, 1999, p. 11).⁸ Nessa perspectiva, o leitor é quem cria e reproduz atos diversos de leitura (Chartier, 1999, p. 13-14). Uma comunidade de leitores compartilha um mesmo quadro cultural que, muitas vezes, permite que os participantes de determinado grupo usem um processo semelhante de decifração de um texto. Se, por um lado, um indivíduo mantém a liberdade de interpretação e de apropriação de um escrito, por outro, toda a criação está encerrada nas “condições de possibilidade historicamente variáveis e socialmente desiguais” (Chartier, 2001, p. XII, XIII, 22). Assim, recriar o indivíduo leitor e os ambientes

nos quais circulava é uma necessidade importante para entendê-lo como tal. Só nesse cenário pode-se pensar sua liberdade e sua limitação no processo de apropriação dos textos. E, quando se compreende quem são os integrantes de uma comunidade, identificam-se as características que possibilitam estudá-la enquanto tal.

À luz dessas considerações, podemos então pensar que os naturalistas europeus eram de fato uma comunidade de leitores que compartilhavam leituras, referências e mesmo bibliotecas, mas que também realizavam citações mútuas ou copiavam abertamente as descrições uns dos outros – e de seus antecessores luso-brasileiros do final do século XVIII – de acordo com seus próprios interesses editoriais ou necessidades autorais, construindo todo um conjunto canônico de descrições do Brasil que permeou (permeia?) a historiografia sobre o período de forma bastante incisiva e insistente. Estas reflexões, sem buscar definir uma leitura específica dos relatos, pretendem lançar luz sobre condições, contextos e práticas acadêmicas com origem nas viagens e os livros delas resultantes.

Referências

- AUGUSTIN, G. 2009. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- BLOOR, D. 2009. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo, Unesp.
- CÂMARA, M. A. et al. 1799. *Memoria sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o methodo de o escolher, e ensacar*, etc. Lisboa, Arco do Cego.
- CAMARGO-MORO, F. e KURY, L. 2008. *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli. S.l.*, Dantes Editora.
- CERÍACO, L. M. P.; BRIGOLA, J. C. P.; OLIVEIRA, P. 2013. Os monstros de Vandelli e o percurso das coleções de história natural do século XVIII. In: C. FOLHAIS; C. SIMÕES; D. MARTINS (ed.). *História da Ciência Luso-Brasileira: Coimbra entre Portugal e o Brasil*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CERTEAU, M. 1994. Ler: uma operação de caça. In: Michel CERTEAU. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis, RJ, Vozes, p. 264-268.
- CHALMERS, A. 1994. *A fabricação da ciência*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- CHARTIER, R. 1997. As práticas da escrita. In: Roger CHARTIER (org.). *História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 113-162.
- CHARTIER, R. 1999. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, UNB.
- CHARTIER, R. 2001. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed Editora.
- COUTO, J. V. 1809. *Memória sobre as salitreiras naturais de Monte Rorigo*. Rio de Janeiro, Imprensa Regia.
- DARNTON, R. 1995. *O beijo de Lamourette*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DARNTON, R. 2005. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não*

⁸ Ver também Darnton, 2005 e 2010.

- convencional para o século XVIII. São Paulo, Companhia das Letras.
- DARNTON, R. 2010. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DENIPOTI, C. 2006. *Sobre História, livros e bibliotecas, ou ensaios em história da palavra impressa*. Ponta Grossa, UEPG. Tese / Professor Associado em História.
- ESCHWEGE, W. L. 1944. *Pluto Brasiliensis: memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais*. vol. 1 e 2. São Paulo, Editora Nacional.
- FABRICIUS, J. C. 1793. *Entomologia systematica emendata et aucta*. Hafniae, Imprensus C. G. Proft, Fil et Soc.
- FEIJÓ, J. S. 2012. Ofício a José Rodrigues de Sá e Mello, Cota AHU, Ceará, Caixa 14, Doc. n° 811, 13/12/1800. In: M. R. de M. PEREIRA; R. M. SANTOS. *João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo Regime Português*. Curitiba, Editora UFPR, 2012, p. 264. (Coleção Ciência e Império, vol. I.)
- GMELIN, J. F. 1773. *Disquisitionem chem. medicam an adstringentia et roborantia stricte sic dicta ferreo principio suam debent efficaciam*. Tubingae, litt. Sigmundianis.
- GRAFTON, A. 1998. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas, Papirus.
- JUNQUEIRA, M. A.; FRANCO, S. M. S. (org.). 2011. *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas.
- JUNQUEIRA, M. A. 2015. *Velas ao mar: US Exploring Expedition (1838-1842): A viagem científica de circum-navegação dos norte-americanos*. São Paulo, Intermeios Casa de Artes e Livros.
- KOSTER, H. 1816. *Travels in Brazil*. London, Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown.
- KURY, L. 2001. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, VIII (suplemento):863-880.
- KURY, L. 2004. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 11 (suplemento 1):109-129.
- KURY, L.; GESTEIRA, H. (org.). 2012. *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- LAMARCK, J. De. 1789. *Dictionnaire encyclopédique de botanique*. Paris, chez Panckoucke.
- LATOURE, B. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, Editora Unesp.
- LINEU, C. et al. 1789. *Systema naturae per regna tria naturae: secundum classes, ordines, genera, species, cum characteribus, differentiis, synonymis, locis*. Vol. 1, pt. 7. Lugduni, Apud JB Delamolliere.
- MAWE, J. 1978. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- MOSCATO, D. C. 2017. *O viajante não está só: a cultura científica em memórias sobre o Brasil e as ligações entre os naturalistas luso-brasileiros do século XVIII e os viajantes cientistas do século XIX*. Curitiba, PR. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná.
- PEREIRA, M. R. de M.; SANTOS, R. M. 2012. *João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo Regime Português*. Curitiba, Editora UFPR. (Coleção Ciência e Império, vol. I).
- SAINTE-HILAIRE, A. 1941. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SAINTE-HILAIRE, A. 1975. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.
- SAINTE-HILAIRE, A. 2011. *História das plantas mais notáveis do Brasil e do Paraguai*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- SCHWARCZ, L. M. 2008. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SOUTHEY, R. 1819. *History of Brazil*. London, Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown.
- SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. 1983. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- VANDELLI, D. 1797. *Várias Observações de Chimica e História Natural. Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Oficina da Academia, T. 1, p. 259-261.
- WIED-NEUWIED, M. 1940. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Submetido em: 07/01/2021

Aceito em: 20/04/2021